

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

1 Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas,
2 em formato *online* através de videoconferência, com acesso pelo *link*:
3 <https://meet.google.com/wqy-qryy-grz>, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho
4 Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se
5 presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:**
6 **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF):** Titular — Ana Felícia
7 Bodstein; **Secretaria de Estado da Saúde (SESA):** Suplente — Rosane Souza Freitas;
8 **Secretaria de Estado de Segurança Pública** Titular — Cláudio Marques Rolin e Silva;
9 **Secretária da Educação e do Esporte:** Titular — Cineiva Campoli Paulino Tolo e
10 Suplente — Lucélio Helder Cherubim. **Conselheiros da Sociedade Civil: Associação**
11 **dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana — AERM:** Titular —
12 Marina Monteiro; **Conselho Regional de Psicologia do Paraná – CRP:** Titular —
13 Gabriela Carvalho Teixeira; **Serviço Pastoral dos Migrantes Francisco Beltrão**
14 **Suplente — Ericeli Pagnussato; Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese**
15 **Curitiba** Titular — Adriana Maria Matias; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa** Titular —
16 Laise Milena Barbosa e Suplente — Gislaine da Rosa; **Ação Social Irmandade Sem**
17 **Fronteiras:** Titular — Rockmilys Basante Palomo e Suplente — Pablo Jose Marquez
18 Centeno. **Demais participantes da reunião:** Isabella Traub (Cáritas Brasileira Regional
19 Paraná); Francisco Javier (Cáritas Brasileira Regional Paraná); Andréia Corat
20 (SEJUF/DEDIF); Aieda Muhieddine (OAB); Laura Dantas (ACNUR); Rodolfo (Residente
21 Técnico); Janaína (FAS); José Rodrigues; Roselene Sonda (MPPR); Larissa.
22 **Justificativas de Ausência:** Danilo e Márcia justificaram suas ausências. **1. Abertura:**
23 Inicialmente, Gabriela informou que esse mês as reuniões seriam totalmente *online* e a
24 partir de outubro voltariam a ser híbridas, dando início assim, a Reunião Ordinária do
25 Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. **2.**
26 **Apreciação e Aprovação das Pautas:** Gabriela informou que a Ata de Agosto não foi
27 recebida e portanto, somente a de Julho seria pautada e eventualmente aprovada — a de
28 Agosto seria aprovada no mês que vem. Por fim, Gabriela colocou em aprovação a pauta
29 — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da Ata de Julho de**
30 **2022:** Gabriela indagou se todos (as) receberam a Ata de Julho e informou que foi a ata
31 que sofreu as revisões solicitadas na última reunião. Deste modo, Gabriela colocou em
32 aprovação a Ata de Julho — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **4. Projeto de**

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

33 **Lei 340/2018 – Inclusão de Migrantes, Refugiados e Apátridas no FECOP:** Gabriela
34 lembrou que essa discussão havia sido feita na última reunião sobre a inclusão dos
35 migrantes no Fundo de Combate à Pobreza e houve uma confusão, pois a princípio havia
36 a ideia de que isso já havia sido discutido no início do ano por meio da Isabella que
37 destacou que seria interessante incluir os migrantes nesse Fundo. Ana explicou que no
38 ano passado a Isabela trouxe informação de que tomou conhecimento através do
39 Mandato Goura de que havia um Projeto de Lei que pretendia a inclusão de migrantes,
40 refugiados e apátridas no FECOP, mas não foi citado número de lei, protocolo e etc.
41 Entretanto, Ana indicou que foi recebido o Protocolo Nº 158937867 que veio da
42 Assembleia Legislativa e apresenta o Projeto de Lei 340/2018 que diz “ACRESCE O
43 *INCISO IX AO §1º DO ART. 1º DA LEI Nº 18.573, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015, QUE*
44 *INSTITUIU O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA DO PARANÁ.*”. O Inciso
45 IX define que: “IX - *inclusão social, redução das desigualdades e da vulnerabilidade social*
46 *por meio de programas de acolhimento institucional, concessão direta de benefícios,*
47 *inserção no mercado de trabalho e programas na área de segurança alimentar e*
48 *nutricional para migrantes em situação de vulnerabilidade, solicitantes de refúgio,*
49 *refugiados e apátridas.*”. Deste modo, Ana pontuou que foi encaminhado para a SEJUF
50 para dar conhecimento ao CERMA sobre a inclusão e que este conselho se manifeste se
51 há concordância ou não sobre a inclusão deste inciso na lei. Gabriela perguntou se no
52 protocolo havia uma minuta do Projeto de Lei. Ana respondeu que sim e apresentou o
53 Projeto de Lei recebido para visualização de todos (as). Roselene indicou que o FECOP
54 financia outras ações do Governo e somente a inclusão dos migrantes não tem nenhuma
55 especificação de orçamento ou valores, indagando se a inclusão assegurava as ações
56 para migrantes. Ana respondeu que, com a inclusão deste inciso, o Regimento Interno do
57 Conselho Gestor do FECOP teria que estabelecer os valores destinados aos migrantes e
58 deste modo, posteriormente, caso seja aprovada a inclusão dos migrantes na lei do
59 FECOP, deveria ser criado um Fundo do CERMA para receber esses recursos pelo
60 repasse fundo a fundo. Sendo assim, Gabriela questionou se alguém teria alguma
61 ressalva, contrariedade ou inclusão a ser feita na pauta apresentada por Ana — sem
62 ressalvas, a inclusão do inciso sobre os migrantes, refugiados e apátridas na lei do
63 FECOP foi aprovada por unanimidade. Após a aprovação, Ana esclareceu que a
64 aprovação do CERMA seria anexada ao protocolo por meio da ata e também seria

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

65 anexado o parecer favorável da SEJUF para retornar para a ALEP, necessitando de mais
66 tempo para ser aprovado na Assembleia e por fim, somente após a efetivação da lei, o
67 CERMA deveria debater como proceder quanto ao tema, sendo necessário que, durante
68 as reuniões da reelaboração da Lei e do Regimento seja discutida a criação de um Fundo
69 do CERMA. Roselene solicitou sua participação na Comissão que de reelaboração da Lei
70 e do Regimento Interno. **4. Demanda da Embaixada da Argentina:** Ana informou que
71 esse protocolo foi recebido pela Secretaria de Justiça e encaminhado pela Embaixada
72 Argentina para providências, mas foi compreendido que era importantíssimo que o
73 CERMA tomasse conhecimento. Segue o conteúdo apresentado e lido pela Ana:
74 *"EXCELENTÍSSIMO SECRETÁRIO DE JUSTIÇA SENHOR ROGÉRIO HELIAS*
75 *CARBONI. C/C: GABINETE EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO*
76 *PARANÁ, SENHOR CARLOS MASSA JUNIOR. Tenho a honra de dirigir-me a Vossa*
77 *Senhoria para colocar em vosso conhecimento um fato que involucra a um cidadão*
78 *argentino falecido tragicamente no Estado do Paraná e cujas circunstâncias não foram*
79 *completamente esclarecidas. O Sr. Lautaro Raso residia ocasionalmente em Curitiba e*
80 *vinha viajando pelo Brasil como malabarista nos semáforos. No dia 1º de fevereiro saiu*
81 *para realizar suas atividades normalmente, mas não regressou à residência que*
82 *compartilhava com alguns amigos. No dia 17 de fevereiro sua mãe, através da*
83 *Chancelaria Argentina, solicitou conhecer seu paradeiro. Este Consulado, nesse mesmo*
84 *dia, redigiu notas a respeito para a Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia*
85 *Rodoviária Federal. Alguns dias depois, dando seguimento, a Polícia Civil nos respondeu*
86 *que não havia encontrado nenhuma pessoa com as mencionadas características nos*
87 *hospitais locais nem nos necrotérios. Um mês depois, no dia 29 de Março, diante da falta*
88 *de respostas a mãe de Lautaro, Sr. Marta Ibarra viajou a Curitiba. Talvez uma mera*
89 *coincidência, no dia seguinte, recebemos neste Consulado uma ligação do IML dizendo*
90 *que tinham identificado um cadáver até esse momento tido como N/N, por suas digitais*
91 *como pertencendo a Lautaro. De acordo com o relatório policial, o corpo tinha sido*
92 *encontrado no dia 06 de fevereiro numa área suburbana de Colombo, por um pescador do*
93 *qual apresentou somente seu nome, e pendurado de um galho, enforcado, com claro sinal*
94 *— foi-nos informado — de suicídio. Tivemos que dar a trágica notícia à mãe e*
95 *acompanhá-la ao IML para os trâmites subsequentes. Perante a nossa surpresa, foi*
96 *entregue à mãe na ocasião a carteira de Lautaro que estava junto ao corpo e que*

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

97 *continha seu DNI (Documento Nacional de Identidade Argentino) — a qual foi aberta no*
98 *mesmo instante — De ter sido encontrado o documento ao revisar o corpo, um mês e*
99 *meio atrás, nunca teria sido um N/N e poderia ter sido avisado o Consulado de forma*
100 *imediate. Por outro lado, o corpo N/N não foi enviado para sepultamento por mera*
101 *casualidade, já que completou mais dos 30 dias correspondentes no IML. Caso tivesse*
102 *acontecido assim, a mãe nunca teria encontrado o corpo. Por último, saliento que a*
103 *autópsia apresenta uma considerável falta de informação e conclui sobre a causa da*
104 *morte como “indeterminada”, alimentando para a família a suspeita de uma morte violenta*
105 *para a qual a autópsia não haveria seguido os protocolos correspondentes. Pedindo*
106 *desculpas ao senhor Secretário por dirigir tão angustioso assunto e na compreensão que*
107 *a informação possa ajudar a que não aconteçam situações similares, sejam os indivíduos*
108 *brasileiros ou estrangeiros, agradecendo a atenção dispensada e ficando ao seu dispor,*
109 *aproveito a oportunidade para renovar ao Sr. os protestos da mais alta estima e*
110 *consideração. Curitiba, 19 de Abril de 2022.”. Após a leitura, Ana informou que essa*
111 *situação foi levada ao Chefe do DEJUDH e ao Diretor de Justiça da SEJUF, que já entrou*
112 *em contato com a equipe da SESP para subsidiar a resposta. Cláudio Marques informou*
113 *que não foi recebido comunicados acerca do caso na SESP e que o único caso recebido*
114 *foi do haitiano cujo corpo se encontrava no IML de Ponta Grossa e foram feitas várias*
115 *diligências junto a Embaixada do Haiti e o Governo — e não foi possível identificá-lo. Ana*
116 *respondeu que o Caricati que buscava informações do caso e que o protocolo realmente*
117 *nunca passou pela SESP, foi gerado e foi para a Casa Civil e diretamente para a SEJUF,*
118 *sendo equivocadamente encaminhado para o CERMA e não para a Política de Migrantes*
119 *— pois caso fosse, teria sido encaminhado diretamente para a SESP. Roselene indicou*
120 *que é um caso relacionado às atribuições e competências dos peritos do Instituto Médico*
121 *Legal, pois alguns têm o hábito de fazer uma revista no corpo e outros não a fazem,*
122 *sendo uma questão de orientação para que todos (as) peritos façam. Dessa forma,*
123 *Roselene sugeriu que o CERMA encaminhe para a SESP uma solicitação de revisão da*
124 *forma como é realizado o trabalho técnico. Marques informou que em todos os locais de*
125 *crime o que é mais procurado são documentos de identificação e celular, sendo raros os*
126 *casos em que não são procurados e encontrados esses objetos, já existindo esse*
127 *procedimento. Roselene destacou que esse caso demonstrou uma lacuna entre a perícia*
128 *e o procedimento padrão dos policiais. Gabriela indicou que a causa da morte também*

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

129 ficou indefinida e o CERMA deveria buscar qual foi o resultado da investigação, talvez
130 encaminhado um ofício à SESP. Portanto, o encaminhamento proposto foi de envio de
131 ofício à SESP solicitando maiores informações quanto ao caso e sugerindo um maior
132 cuidado da equipe de peritos na análise dos corpos na busca de documentos de
133 identificação. Marques sugeriu que seja proposto ao Departamento de Polícia Judiciária a
134 criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) — assim como já existe para
135 idosos, população LGBTI+ e diversos outros crimes complexos. Isabella indicou que
136 diversos casos de morte de migrantes enfrentam dificuldades para liberação do corpo,
137 sendo necessário acionar a Defensoria Pública para entrar com uma ação para liberação
138 do corpo, dando exemplo do caso em que um migrante acabou falecendo e estava
139 indocumentado, mas tem um familiar próximo que o conhece e poderia fazer a
140 identificação, porém, por ser indocumentado seria enterrado como indigente ou algo do
141 gênero. Portanto, Isabella reiterou o que o Marques sugeriu, a criação de um
142 Procedimento Operacional Padrão relacionado às temáticas migratórias. Ana sugeriu a
143 elaboração de uma Nota Técnica Orientativa para os servidores da Segurança Pública e
144 deveria ser feita pela Comissão de Garantia de Direitos — Isabella se dispôs a participar
145 dessa construção da nota — e também que no Seminário de Direitos Humanos da SESP
146 seja realizada uma fala referente ao tema em pauta por sua extrema importância. Por fim,
147 Ana sugeriu que seu lugar de fala no Seminário de Direitos Humanos da SESP seja
148 ocupado por alguma representação da Sociedade Civil. Aieda informou que encaminharia
149 o Inquérito Policial e o parecer do caso do argentino ao Marques, além disso, informou
150 que houve um problema de comunicação porque alguns crimes ou situações que ocorrem
151 nas Delegacias — que não são as Delegacias da Capital ou a Especializada — não são
152 comunicadas. Portanto, a Delegacia responsável por todos os procedimentos em relação
153 ao crime seria a da região, mas deveria ter uma maior comunicação principalmente na
154 Região Metropolitana em casos que envolvem migrantes. **5. Relato das Comissões:**
155 Gabriela lembrou a proposta de que as reuniões das comissões fossem realizadas na
156 parte da manhã — assim como era feito nas reuniões presenciais — e que foi enviado um
157 *link* para as comissões que não tinham calendário. Gabriela sugeriu que fossem eleitos
158 (as) coordenadores das comissões que não estavam se reunindo. **5.1. Comissão de**
159 **Comunicação e Eventos:** Ana relatou que pela manhã, ela e a Andreia, abriram todas as
160 salas das comissões e nesta comissão não havia nenhum participante presente. **5.2.**

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

161 **Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos:** Ana informou que na reunião só estava
162 presente ela e a Rockmilys, solicitou também que fosse incluída no grupo de *Whatsapp*
163 dessa comissão. Portanto, durante a reunião entre as duas conselheiras foi definido o
164 calendário da comissão para buscar a garantia de sua realização. Foi definido que as
165 reuniões aconteceriam sempre às 10 horas no dia da reunião plenária. **5.3. Comissão de**
166 **Gestão da Informação:** Gislaine realizou a leitura do seguinte relato da comissão:
167 “*COMISSÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO - CERMA - Relatoria - 19/10/2022. Aos*
168 *dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, as 14h, de forma online, pelo*
169 *Aplicativo Google Meet, daria início a reunião da Comissão de Gestão de Informação -*
170 *CERMA, entrou na reunião as representantes: Laíse Milena Barbosa, Conselheira*
171 *representando a Entidade Cáritas Diocesana de Ponta Grossa e Lenir Aparecida*
172 *Mainardes da Silva da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*
173 *(SETI). As duas conselheiras aguardaram por quinze minutos, mas devido à falta de*
174 *quórum, a reunião foi cancelada as 14:15h. Na data anterior a reunião, no dia 18/09/2022,*
175 *a representante Laíse Barbosa informou via grupo de Whatsapp do CERMA-Comissão*
176 *Gestão Informação a data da reunião conforme calendário previamente designado e*
177 *aprovado pela Comissão. Ivete Bussolo, representante da Serviço Pastoral dos Migrantes*
178 *em Curitiba — SPM, justificou sua ausência no dia 19/09/2022 pelo motivo de trabalho*
179 *emergencial. Os demais conselheiros não justificaram o motivo da ausência antes da*
180 *reunião. Durante a reunião Laíse salientou a ausência da representação da Secretaria de*
181 *Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) em todas as últimas*
182 *reuniões. Durante a espera, Lenir informou que aulas de português que aulas de*
183 *português serão iniciadas para migrantes e refugiados na Universidade Estadual de Ponta*
184 *Grossa no dia de amanhã (20/09/2022) que foi desenvolvido através de um projeto de*
185 *extensão da Instituição - PROMIGRA. Ainda, também informou que o projeto também*
186 *realizou coleta de dados sobre os editais de vagas remanescentes abertos no decorrer do*
187 *ano pelas Universidades Estaduais do Paraná. As representantes sugeriram a*
188 *apresentação desses dados na próxima reunião plenária do CERMA-PR. Novamente é*
189 *ressaltada a relevância dessas reuniões para o cumprimento das atividades designadas e*
190 *realizar encaminhamentos de pautas e discussões para a Plenária e, assim, avançarmos*
191 *nos trabalhos e não deixarmos assuntos pendentes e sem resposta para o CERMA-PR.*
192 *Eu Laíse Barbosa encerro esta relatoria, que segue para análise das participantes. E após*

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

193 a *devolutiva com acréscimos e correções, foi aprovada.*”. Após a leitura, Gabriela
194 ressaltou que é um problema a ausência das representações nas comissões, solicitando
195 que a SEJUF auxilie a Mesa Diretiva para realizar uma incidência com a SEDEST e a
196 SETI para garantir um compromisso das secretarias tanto no Conselho, quanto nas
197 Comissões. Gislaine voltou aos casos do argentino e do haitiano no IML e informou que, o
198 corpo do haitiano continua no IML por conta da documentação em que somente à família
199 pode retirar, além de que, a informação que ela recebeu foi de que o Ministério Público
200 estava esperando uma resposta do IML, e o IML estava esperando uma resposta do
201 CERMA. Isabella informou que a última informação que recebeu acerca deste caso foi de
202 que a Promotoria de Justiça em agosto de 2022 autorizou o sepultamento, que ele foi
203 sepultado e as informações tinham sido repassadas à Embaixada Haitiana — Roselene
204 reiterou essa informação. **5.4. Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** Ana
205 informou que ficou por 15 minutos na sala com Rosane (SESA) e nenhum conselheiro ou
206 conselheira entrou. A Márcia informou que estaria ausente. Gabriela indicou que a
207 comissão deve acompanhar o processo que estava sendo articulado pelo Instituto com a
208 Isabella, solicitando notícias sobre o processo. Isabella informou que ontem (28) foi
209 realizada uma reunião para estabelecer o fluxo de trabalho com relação aos
210 agendamentos, basicamente, havia 03 organizações que demonstraram interesse: Cáritas
211 Curitiba; Ação Social Irmandade Sem Fronteiras e União Da Comunidade Dos Estudantes
212 E Profissionais Haitianos (UCEPH). O primeiro agendamento seria no dia 19 de Outubro e
213 nas quartas-feiras seguintes com 50 agendamentos. Uma proposta do Instituto foi de que
214 fosse realizado um período de análise pelos 03 primeiros meses para ver como
215 funcionaria todas as organizações e seus processos, para então, analisar os resultados,
216 reavaliar e eventualmente pensar na possibilidade de chamar outras organizações. **5.5**
217 **Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento Interno e da Lei do CERMA:** Gabriela
218 informou que não foi possível se reunir neste mês e que foi acordado de que seria
219 realizado o convite para colaboradores externos, como o MP — Lena e Rafael —, e a
220 primeira reunião deste GT ficou agendada para o mês que vêm. **6. Informes:** Andreia
221 informou que foi recebida a solicitação de substituição da entidade Serviço Pastoral do
222 Migrante — SPM — Curitiba, desta forma, Adriana Maria Martins substituirá a Conselheira
223 Titular Ivete Bussolo. Gabriela informou que a Rockmilys tinha ficado responsável por
224 fazer um levantamento se ainda havia a necessidade do CERMA tomar alguma medida

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

225 quanto ao apostilamento de alguns documentos por migrantes. Aieda lembrou que no
226 início do ano havia comentado que a OAB realizaria um dia alusivo aos migrantes e
227 refugiados, um dia de cidadania. Porém, foi necessário alterar algumas datas porque a
228 princípio seria no dia 26 de Junho, não foi possível porque várias entidades tinham
229 eventos nesta data e em seguida alterada para o dia 24 de Setembro. em que também
230 não foi possível por conta de uma agenda dentro da OAB o evento também foi alterado.
231 Dessa forma, Aieda informou que o Dia da Migração foi alterado para o dia 22 de Outubro
232 e seria construído em conjunto a Cáritas, SEJUF, Irmandade Sem Fronteiras, PluriBrasil,
233 Polícia Civil e Federal. Portanto, a proposta da OAB era de levar as informações corretas
234 para a população de migrantes e refugiados. O evento aconteceria na Praça Santos
235 Andrade no dia 22 de Outubro das 09:00 às 15:00 com vários *stands* com comissões da
236 própria OAB que vão orientar os migrantes que estavam com problemas de separação,
237 crianças e adolescentes e etc. Ademais, Aieda informou que dia 04/10 às 10 horas
238 haveria uma reunião para debater sobre a organização do evento — a reunião
239 aconteceria na Sede da OAB do Centro de Curitiba (Edifício Maringá, Rua Cândido
240 Lopes, 146). Em seguida, Adriana destacou a pertinência do evento, Dia da Migração,
241 pois são recebidas muitas demandas — que vêm dos CRAS, por exemplo — e ajudaria
242 em diversas dúvidas, solicitando que o CEIM possa participar e que possa contar também
243 com o SPM. Ana informou que o CEIM estaria presente no evento por ser parte da SEJUF
244 e apoiando de todas as formas possíveis. Francisco indicou que seria interessante
245 chamar outras organizações e entidades migrantes para a construção desse evento, pois
246 as necessidades de venezuelanos não é a mesma de haitianos, por exemplo.
247 Consequente, Ana informou que em 2021 foi criado o GT do Caso Evandro para verificar
248 quais direitos humanos foram violados na época e há um protocolo informando que esse
249 GT foi finalizado, produzindo assim, um relatório final que seria disponibilizado para as
250 (os) conselheiras (os) que tiverem interesse. Ana também informou sobre o DIA M, Dia da
251 Empregabilidade Migrante, que seria realizado no dia 28 de Outubro com um mutirão de
252 empregos com vagas exclusivas para migrantes, tendo como ponto focal alguns
253 municípios específicos do Estado do Paraná — aqueles que possuem mais migrantes,
254 como Curitiba e Região Metropolitana, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Maringá,
255 Londrina, Rolândia, Cambé, Ponta Grossa, Pato Branco, Campo Mourão e Umuarama. A
256 meta é atender mais de 1500 migrantes e garantir pelo menos 700 efetivações de vínculo

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

257 empregatício. Em relação ao ofício enviado à PF sobre os requisitos exigidos para
258 concessão da hipossuficiência, Ana informou que a Polícia Federal respondeu com as
259 disposições que prevê o Art. 3º da Portaria 218/2018 que solicita a apresentação dos
260 documentos: Carteira de Trabalho Física ou Digital assinada; Holerite dos últimos 03
261 meses; Extrato Bancário dos últimos 03 meses; Declaração de Imposto de Renda ou de
262 sua isenção; Comprovante de Inscrição em algum programa de auxílio do Governo; em
263 tais casos, o imigrante que ostente perfil de até 0,50 Salário Mínimo per capita ou renda
264 familiar total de até 03 Salários Mínimos é presumidamente hipossuficiente econômico
265 ainda que tal rendimento seja suficiente para sua subsistência. Porém, Ana informou que
266 visitou — com o Rogério Thomé e a Kelly — a PF e relataram que estavam tendo
267 dificuldades de que há negativas sem qualquer tipo de justificativa, exemplificando o caso
268 de uma migrante que voltou ao CEIM porque foi solicitaram a ela os holerites dos últimos
269 12 meses. Dessa forma, a PF esclareceu que há uma grande rotatividade de funcionários
270 porque são terceirizados e os treinamentos nem sempre alcançam a todos. Assim sendo,
271 foi sugerido à Superintendência da Polícia Federal de Curitiba de que, quando fosse
272 negada a hipossuficiência ou o atendimento de alguma forma, fosse fornecido um
273 formulário indicando quem foi o atendente, a data do atendimento e o motivo da negativa
274 da solicitação. A sugestão foi aceita e foi recebido um ofício da PF no qual eles indicaram
275 apresentaram esse formulário sugerido. Gabriela solicitou que o formulário fosse
276 encaminhado junto a ata desta reunião. Ana informou que na próxima reunião
277 apresentaria uma previsão de Calendário para 2023 para poder organizar e reservar salas
278 para as reuniões. Rockmillys informou que a entidade atendeu cerca de 400 pessoas com
279 relação à renovação de documentação, assistência psicológica, orientações legais,
280 documentação consular e que iriam para uma jornada itinerante em outros espaços, como
281 Piraquara. **7.Encerramento:** Por fim, a presidente Gabriela agradeceu a presença de
282 todas e todos e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos
283 Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná — CERMA/PR. A presente ata foi lavrada
284 por Davi da Rosa e revisada pela secretária executiva Andréia Corat.